

Mudança de perfil dos imigrantes venezuelanos em São Paulo – perspectivas sobre a política de interiorização do governo federal

1. Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado entre os destinos de migrações de trabalhadores oriundos de países periféricos e, hoje, o fluxo de entrada de imigrantes é composto em primeiro lugar, por latino-americanos, mas também por africanos, asiáticos, europeus, norte-americanos e refugiados políticos (VILLEN, 2012).

Estruturalmente, esse movimento se deve à crise capitalista que se origina nos países centrais a partir de uma bolha imobiliária nos Estados Unidos no final dos anos 2000 (SINGER, 2009) e que afetou a geopolítica internacional de modo a destacar novos atores na divisão internacional do trabalho. Consequentemente, a dinâmica das migrações internacionais também se transformou e adquiriu movimentos cada vez mais transnacionais (BAENINGER, 2016).

Dada a integração comercial e financeira dos países periféricos às economias norte-americana, europeias e japonesa, empresas transnacionais passaram a deslocar suas operações para países onde o custo de mão de obra é menor (SINGER, 2009). Concomitante a esses processos, cresce a economia de serviços nas cidades globais (SASSEN, 1998), que são espaços representativos em maior grau dos processos e das estruturas globalizantes e que mais atraem imigrantes internacionais hoje - muitas delas no Sul global. Neles, cresce também a demanda de trabalhadores com conhecimento técnico e de áreas específicas para atuar em “setores econômicos líderes”, com telecomunicações e finanças (VILLEN, 2012). Mas essa demanda é paralela e complementar a uma esfera econômica e de empregos relacionados a trabalhos domésticos ou de baixa qualificação, que geralmente são menos remunerados (VILLEN, 2012). Paralelamente, surgiram bolsões de pobreza e desemprego nos países industrializados (SINGER, 2009).

Neste contexto, o Brasil se torna destino de emigração dessas duas demandas de trabalhadores. No entanto, os dois grupos são tratados de formas diferentes: os chamados “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016) são direcionados para trabalhos em setores marcados pela precarização

(MAGALHÃES, 2017); enfrentam preconceitos decorrentes de uma sociedade com herança escravagista; e, legalmente, têm um tratamento diferenciado, com a oferta de documentos de caráter prevalentemente emergencial (anistia, vistos humanitários ou regularizações extraordinárias), de natureza discricionariamente “humanitária” (VILLEN, 2016). Desta forma que o tema das migrações internacionais ressurgiu como questão demográfica no Brasil ao final do século XX e na virada para o século XXI (BAENINGER, 2016).

É neste contexto em que se insere a recente migração de venezuelanos para o Brasil: uma crise política convertida em uma crise econômica e que produz, sob diversos aspectos, fatores de expulsão populacional (SINGER, 2002) do país.

1. A crise na Venezuela

Os fatores econômicos e a tensão política são fundamentais para compreender o movimento migratório de venezuelanos para o Brasil. É preciso recuperar que, em 2011, a Venezuela se tornou a maior reserva de petróleo do mundo. Naquele ano, o relatório anual da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) atestou que o país havia ultrapassado a Arábia Saudita em volume de reservas de petróleo cru, com 296,5 bilhões de barris em seu solo (CARTA CAPITAL, 2011).

Para compreender a posição geopolítica do país, é importante considerar que a Venezuela está entre os quatro maiores fornecedores de petróleo dos EUA, e que suas receitas de petróleo representam historicamente, em média, um terço do PIB e metade da receita do governo (CAMPOS, 2016). No entanto, sua vantagem é, ao mesmo tempo, sua limitação. Como afirma Maringoni (2009), a Venezuela é um caso típico de “doença holandesa”: a entrada de dólares na economia por meio das exportações de petróleo tende a valorizar o câmbio e a desequilibrar outras iniciativas econômicas. Ou seja, há pouco incentivo a investir em outras indústrias ou setores da economia com tanta abundância de petróleo -- e isso tem sérias consequências quando os preços das commodities caem.

A Venezuela importa 40% dos alimentos que consome, mas isso deve ser analisado de forma desagregada. Em entrevista institucional, um representante da Organização das Nações Unidas (ONU) explicou que há uma produção satisfatória de frutas, legumes e hortaliças, que atenderia a cerca de

80% da demanda, mas que há muita carência de grãos e proteína animal (SILVA, 2017). Outro problema é a interferência de questões políticas na economia, que, historicamente, tornou a inflação o principal fator de deterioração do padrão de vida da população (SILVA, 2017).

A partir do auge em 2014, o preço do barril caiu vertiginosamente até atingir o patamar de US\$ 32 em fevereiro de 2016. A Venezuela, particularmente, vendia seu petróleo a US\$ 21 por barril em janeiro de 2016, a um custo de cerca de US\$ 18 o barril. Dada a dependência do país e das políticas públicas desse único setor econômico, o cenário econômico e social que se seguiu foi de catástrofe (FIGUEIRA, 2017). Esse período também coincide com o período do governo de Maduro, o chavismo pós Hugo Chaves.

Pressões políticas da oposição e de atores internacionais influenciaram tanto a espiral inflacionária inflação como a forte deterioração da moeda local, o Bolívar Fuerte. Em janeiro de 2016, o próprio Banco Central da Venezuela revelou que a inflação anual até setembro de 2015 chegou a 141%, depois de um ano sem divulgar dados oficiais sobre o assunto (BBC, 2016). De lá para cá, não foram publicadas novas informações sobre esse índice, apenas algumas medidas do governo.

Ao mesmo tempo em que cai o preço do petróleo, o câmbio paralelo deprecia aceleradamente o poder de compra da moeda venezuelana. Em 2014, o mercado paralelo depreciava a moeda em 88% a mais em relação ao câmbio oficial, ou seja, de um câmbio de 6,3 bolívares por dólar, na verdade, conseguia-se trocar 51 bolívares por dólar (JIMENEZ, 2014). Em julho de 2017, durante a etapa de campo no país, os números eram muito maiores: era possível trocar entre 6500 e 8000 bolívares por um dólar no mercado paralelo.

Uma série de soluções tem sido tentada pelo presidente da República Bolivariana para frear o processo de desvalorização monetária e retomar o controle do câmbio. Uma delas foi trocar a moeda de referência do dólar pela moeda chinesa, o yan. Outra foi arriscar na criação de uma criptomoeda chamada petro, atrelada ao preço do barril do petróleo venezuelano.

Essa deterioração da moeda afeta as importações de alimentos, medicamentos e outros bens de consumo que o país não produz internamente - ou cuja produção está nas mãos de empresários que se opõem ao governo Maduro. Além da escassez de alguns produtos (em especial remédios e artigos

de higiene pessoal), o resultado desses fatores econômicos é a redução drástica do poder de compra dos salários e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população, que está sofrendo sérios problemas de saúde e de segurança alimentar. Em um cenário com o salário mínimo de 325.544 bolívares (R\$ 46), uma simples camiseta de algodão custava 30.000 bolívares.

O desemprego também tem deteriorado a qualidade de vida dos cidadãos: apesar de o governo Maduro ter deixado de publicar uma série de dados oficiais sobre a situação socioeconômica, o último relatório World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em outubro de 2017, apontou que 26,4% da População em Idade Ativa do país estão desempregados.

2. Migração para a fronteira Norte

Esta realidade explica as motivações para a migração para a fronteira com o Norte do Brasil, onde são registradas a maioria dos pedidos de refúgio. Pesquisa realizada recentemente em Roraima, de onde foram feitas quase metade das solicitações de refúgio, destaca que a “crise econômica e política é apontada por 77% dos participantes como o principal motivo para emigrar” (SIMÕES et al, 2017, p. 4).

Boa parte dos venezuelanos que pedem refúgio vem por uma migração terrestre oriunda da fronteira Santa Elena de Uairén-Pacaraima. Observa-se que a maioria utiliza o refúgio como uma forma de obter a regularização migratória e a conseqüente obtenção de documentos, não possuindo uma clara motivação de obter proteção frente a perseguições eventualmente sofridas em seu país de origem ou por um bem fundado temor de perseguição (JAROCHISNKI SILVA, 2017).

O cenário é tão evidente que algumas das obrigações dos que solicitam refúgio, como não poderem retornar ao local em que possuem o fundado temor de alguma forma de perseguição é desconhecido ou ignorado por uma parcela significativa dessas pessoas, as quais, em diversas entrevistas, alegam ter que retornar em breve para a Venezuela para resolver algumas demandas (JAROCHISNKI SILVA, 2017).

As principais reclamações sobre o país estão relacionadas à falta de alimentos e de medicamentos, além da inflação, que está reduzindo o poder de compra dos salários. Então, mesmo onde há menos escassez de produtos básicos, como na capital Caracas, o alto preço de bens de subsistência, como feijão e papel higiênico, tem comprometido a alimentação dos venezuelanos.

Em 2017, logo abaixo de Roraima, o Estado que mais recebeu solicitações de refúgio foi São Paulo. Historicamente o principal destino dos venezuelanos que decidem residir no país, São Paulo foi a origem de mais de 5.000 pedidos, o que representa quase um terço do total registrado no país ao longo do ano.

Tabela 1 - Solicitações de refúgio de venezuelanos registradas por Estado em 2017

Estado	Nº absoluto	% de solicitações por Estado
Roraima	8.416	47,11%
São Paulo	5.06	28,32%
Amazonas	1.511	8,46%
Brasil	17.865	100%

Fonte: Conare, 2018

A esses pedidos, a tendência é que se somem as migrações de fronteira que se deslocam, posteriormente, para São Paulo (OIT, 2017), em busca de oportunidades. Esse imigrantes que chegam na fronteira Norte, além das dificuldades de regularização migratória, acabam enfrentando as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, agravadas pelo cenário econômico, já que o Brasil tem registrado a maior taxa de desemprego dos últimos 15 anos. Além disso, Roraima se caracteriza por ter nos empregos públicos as melhores opções de emprego - e o fato de serem estrangeiros os impede de concorrer a essas oportunidades (JAROCHINSKI SILVA, 2017).

Sob este contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar as transformações do perfil do imigrante venezuelano que chega a São Paulo após o aumento de entradas pela fronteira Norte e apontar as perspectivas do

cenário migratório com o processo de interiorização que está sendo promovido como política pública do governo federal.

2. Métodos

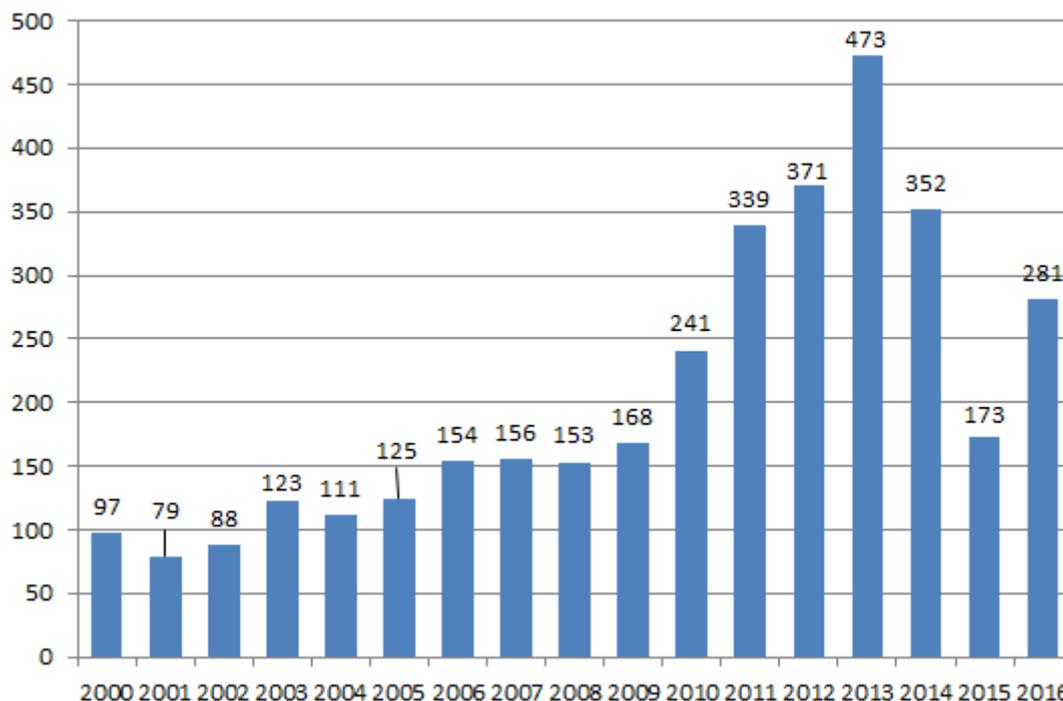
A construção de uma análise perspectiva sobre a transformação do perfil dos imigrantes venezuelanos em São Paulo será construída a partir do recurso metodológico da "mirada bifocal" (CASTLES, 2012), que leva em conta os processos migratórios dos venezuelanos na origem, nos lugares de trânsito e nos destinos (BAENINGER, 2016). Para isso, será feita revisão bibliográfica que abrange as publicações mais recentes sobre o assunto, cujas transformações estão submetidas à dinâmica acelerada da contemporaneidade; e análise quantitativa dos dados, gráficos e mapas do Atlas Temático de Migrações Internacionais do Observatório das Migrações de São Paulo (2017), de dados do Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE), e de dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare).

3. Resultados e Discussão

Os dados disponíveis apontam que, tanto ao longo da história recente (de 2000 a 2012), quanto nos últimos cinco anos, o Brasil sempre esteve longe de ser o destino preferencial dos venezuelanos -- a maioria prefere ir para países hispânicos, como Colômbia, Equador, Chile, etc. (MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017).

Os dados do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) aponta que houve um aumento exponencial no número de imigrantes venezuelanos em São Paulo entre 2009 e 2013, apesar da queda que se seguiu em seguida e dos baixos números absolutos (BAENINGER e FERNANDES, 2017).

Gráfico 1 - Venezuelanos registrados entre 2000 e 2016, residentes no Estado de São Paulo



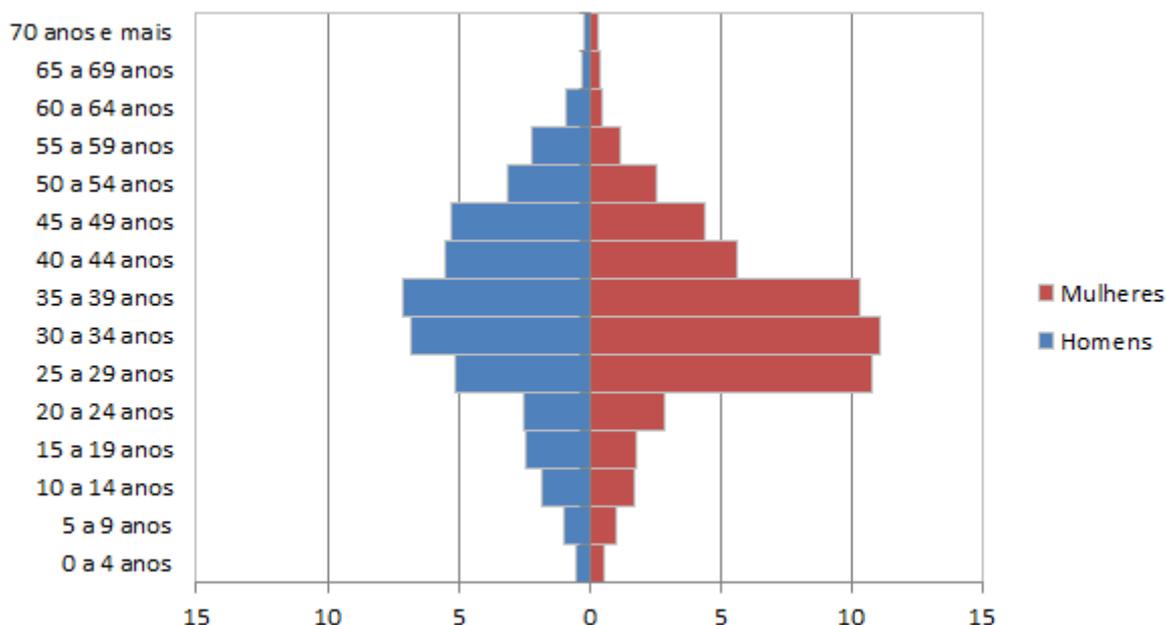
Fonte: Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais (2017)

Uma autoridade do Consulado da Venezuela no Brasil, na cidade de São Paulo, confirmou a hipótese de que o Brasil nunca foi um destino prioritário para os venezuelanos, mas que, sim, um aumento de imigrantes venezuelanos em São Paulo e na região Centro Sul (SILVA, 2017). Ele afirmou em agosto de 2017 que, somente nos últimos cinco anos, cerca de 10 mil venezuelanos migraram para a região Centro Sul (que abrange o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste): 8500 que passaram pelo consulado e 2.000 que não passaram pelo órgão nem informaram sua estadia no Brasil (SILVA, 2017).

Segundo a autoridade, nos anos 1970 e 80, os venezuelanos migravam para a Europa e, principalmente, para os Estados Unidos, onde estaria, segundo sua estimativa, 50% dos venezuelanos que estão fora da Venezuela. A maioria se concentra na Flórida, principalmente em Miami, no Texas e em Houston. Na Europa, o principal destino é a Espanha, embora hajam imigrantes venezuelanos na Itália e em Portugal (SILVA, 2017).

Historicamente, os venezuelanos que vinham para São Paulo o faziam por razão de estudo - principalmente Medicina e pós-graduação. Havia também, ainda que residualmente, trabalhadores transferidos para empresas

Gráfico 3 - Registros de imigrantes nascidos na Venezuela segundo sexo e grupos etários. Estado de São Paulo, 2000-2015



Fonte: Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais (2017)

3.2. Perfil dos venezuelanos que migraram em 2016 e 2017

Um estudo amostral da Polícia Federal, feito com três mil refugiados venezuelanos que chegaram em 2017 e publicado no jornal O Globo, 58% dos imigrantes são homens e 78% deles são solteiros (CAMPOREZ, 2017).

Em relação à profissão, 6,2% são engenheiros, 4,8% são médicos e 4,8%, economista (CAMPOREZ, 2017). Nota-se que o perfil de formação acadêmica é diferente do imigrante venezuelano que chegou a São Paulo até 2015.

Tabela 2: Registros de imigrantes da Venezuela segundo as principais ocupações. Estado de São Paulo, 2000-2015

Ocupação	N	%
Estudante	774	26.38
Médico(a)	507	17.28

Arquiteto(a)	287	9.78
Prendas domésticas	220	7.50
Diretor(a), Gerente ou Proprietário(a)	156	5.32
Economista	113	3.85
Professor(a)	57	1.94
Oficial	55	1.87
Administrador(a)	52	1.77
Profissional Liberal	40	1.36
Programador(a)	40	1.36
Sem ocupação	64	2.18
Aposentado(a)	10	0.34
Ocupação não classificada	280	9.54
Outras ocupações	279	9.51
Total de casos válidos	2,934	100.00

Fonte: Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais (2017)

3.3. Os limites da Autorização de Residência para Países Fronteiriços

Em 3 de março de 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou a Resolução Normativa (RN) 126/2017, que concedia residência temporária para os venezuelanos por dois anos e tinha data de validade de um ano.

A resolução só surgiu após uma forte manifestação de entidades vinculadas ao tema da migração e da proteção aos Direitos Humanos e chegou tardiamente, somente dois anos após o aumento do fluxo. Outro aspecto foi a ausência de divulgação da medida (JAROCHISNKI SILVA, 2017).

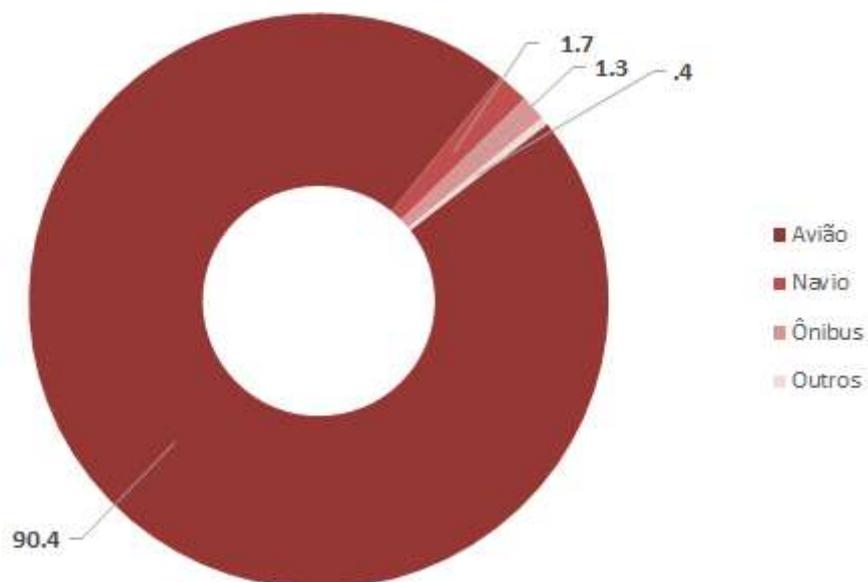
Essa regularização migratória teve como entraves a burocracia e o pagamento de taxas. Entre as dificuldades burocráticas, está o fato de a resolução exigir os nomes do pai e da mãe, o que o documento venezuelano oficial não contém. O cenário se torna ainda pior porque algumas pessoas

perderam seus documentos no caminho e têm dificuldades de conseguir uma segunda via na Venezuela.

O segundo problema é de custo. No caso da chegada ao Brasil, em Pacaraima, a maioria dos venezuelanos se deslocou de ônibus em uma viagem com duração média de 1 a 2 dias, justamente pela falta de recursos financeiros (SIMÕES et al, 2017, p. 4). Em julho de 2017, essas taxas somadas chegavam a pouco mais de R\$ 300, o que já chegou a equivaler quase sete salários mínimos venezuelanos. Esse custo praticamente inviabilizou a RN 126 (SIMÕES, 2017).

Contraditoriamente, quem poderia ter algum dinheiro para pagar a autorização de residência, não poderia pedir por uma exigência: ter ingressado no território brasileiro por via terrestre. Historicamente, a migração venezuelana para o Brasil que aponta uma maioria maciça de chegadas por via aérea:

Gráfico 4 - Venezuelanos registrados entre 2000 e 2015, residentes no Estado de São Paulo, segundo meio de transporte na entrada (%)



Fonte: Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais (2017)

Vencido o prazo da resolução, o governo federal publicou, em 14 de março de 2018, a Portaria Interministerial 9, com a mesma função e alguns ajustes, como a eliminação da exigência de que a entrada seja por terra. O

documento não tem data de validade, mas pode ser revogado a qualquer momento.

3.4. Política de interiorização e perspectivas

Em fevereiro de 2018, o governo federal anunciou um processo de transferência de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima para os estados de São Paulo e Amazonas. Segundo o anúncio oficial, 350 seriam enviados ao município de São Paulo e 180 para Manaus. Na capital paulista, eles serão recebidos por espaços da prefeitura e da sociedade civil que são especializados no acolhimento de imigrantes.

Esse projeto de interiorização, que deve alcançar um número maior de pessoas no médio prazo, deve contribuir para acelerar o desenvolvimento de redes migratórias (TRUZZI, 2008). Esse movimento também é coerente com os processos recentes de migrações sul-sul (BASSO, 2003), nos quais o espaço/tempo/laços acionam diferentes redes sociais, contribuindo para o projeto migratório (BAENINGER, 2012) e o destino migratório (PORTES, 1999).

Há distinções entre redes sociais e redes migratórias: as primeiras já existem anteriormente e, por vezes, alimentam as redes migratórias (TRUZZI, 2008). Segundo Truzzi (2008), além do papel de ligação entre origem e destino, há também uma função estratégica das redes no lugar de destino, por meio de vínculos que se estabelecem no período de integração à nova sociedade, a partir de padrões residenciais, ocupacionais matrimoniais e das associações étnicas.

Neste sentido, mapas mentais dos que pensam em emigrar são diferentes dos mapas geográficos (TRUZZI, 2008), ou seja, mesmo que São Paulo esteja mais distante fisicamente que Boa Vista, os migrantes tendem a escolher o local onde estejam os indivíduos mais próximos.

Em Silva (2017), é possível identificar o fortalecimento das redes de venezuelanos na cidade de São Paulo e a intenção de trazer familiares, amigos e cônjuges que se manifesta nas entrevistas semiestruturadas. Além disso, a caracterização dos fatores de expulsão populacional permite identificar a atual crise econômica como de caráter estrutural, que demorará a ser revertida (SILVA, 2017).

Seis dos oito entrevistados já tinham alguma referência em São Paulo quando chegaram. Além disso, eles usam fatos políticos na Venezuela (principalmente relacionados à oposição) como justificativa para se reunirem - como aconteceu no Plebiscito da oposição em julho deste ano. Para organizar esses encontros, utilizam seus perfis nas redes sociais da internet, que também são usadas como canais de comunicação para envio de remessas ou de produtos para familiares (SILVA, 2017).

Outro ponto que alimenta essa hipótese está relacionada à dinâmica da vida migrante na fronteira Norte. O mercado de trabalho, principalmente em Roraima, é insuficiente para absorver todos os recém-chegados, especialmente se os números de migrantes continuarem a crescer, conforme tem apresentado os comparativos dos últimos anos.

Com o estímulo da política de interiorização, que provavelmente alcançará mais de 350 pessoas, e a articulação das redes migratórias que têm se formado ao longo dos últimos três anos, a tendência é que São Paulo se torne um destino de destaque para este fluxo migratório.

4. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M. Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

BAENINGER, R. Migração Transnacional: Elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R., et al. (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.p.13-43.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D.M. Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2017.

BASSO, P. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migartorie. In: BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (a cura di). Gli immigrati in Europa. Diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli, 2003.

BBC. Venezuela confirma que tem inflação mais alta do mundo. Publicada em 15 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160115_venezuela_inflacao_cc>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

CAMPOREZ, P. Venezuelanos com ensino superior tentam recomeçar a vida no Brasil. Publicada em O Globo em 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-com-ensino-superior-tentam-recomecar-vida-no-brasil-22403017#ixzz5A8UJ7N52> Acesso em 18 de março de 2018.

CAMPOS, A. F. Venezuela: resultados e desafios da reforma petrolífera dos anos 2000. Revista Augustus, 20(40), 92-104. 2016.

CARTA CAPITAL. Venezuela supera Arábia Saudita em reservas de petróleo. Publicado em 20 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/venezuela-supera-arabia-saudita-em-reservas-de-petroleo>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, T., ARAÚJO, D. A inserção dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: Observatório das Migrações, 2016.

ESTADOS UNIDOS, Agência Central de Inteligência. The World Factbook, 2017

FIGUEIRA, M. S. (2017). Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis

JIMENEZ, M. O bolívar venezuelano sofre uma nova desvalorização encoberta de 88%. In: El País. Publicado em 25 de março de 2014. Disponível em : <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/economia/1395740817_055663.htm](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/economia/1395740817_055663.html) l>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

MARINGONI, G.; DA COSTA, E. V. A Revolução Venezuelana. Unesp, 2009.

MISSÃO PAZ E CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Missão a Roraima e Manaus: Migração Venezuelana. 2017

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM).

Tendencias migratorias en América del Sur. In: Informe Migratório Sudamericano. n. 1, 2017.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Inserção Laboral de Imigrantes Internacionais: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Brasil, 2017.

PORTES, A. Migrações Internacionais: teorias, tipos e modos de incorporação. Oeiras: celta, 1999.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, C. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, et al. Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2017.

JAROCHISNKI SILVA, J.C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. GT16 Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras. Caxambu, MG: 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file>. Acesso em 18 de março de 2018.

SIMÕES, G. "Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país". Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

SIMÕES, G. ; Cavalcanti, L.; Oliveira, T. ; Moreira, E. ; Camargo, J. Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017.

SINGER, P. A América Latina na crise mundial . Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, jan. 2009. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10412/12125>>. Acesso em: 29 de set. de 2017.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

TALERO, K. Salario mínimo integral se ubica en Bs. 325.544 a partir del 1º de septiembre. In: El Mundo. Publicado em 10 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.elmundo.com.ve/noticias/economia/politicas-publicas/salario-minimo-integral-se-ubica-en-bs--325-544-a-.aspx>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

TRUZZI, O.M. S. Redes em processos migratórios. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 199-218, 2008.

VILLEN, P. Periféricos na Periferia. In: BAENINGER, R., et al. (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.p.45-64.

VILLEN, P. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. VIII Seminário do Trabalho, Marília, v. 25, p. 11, 2012.